



FRENTE SINDICAL REUNE COM DRH

PARA A ALTICE/MEO O NEGÓCIO PRIMEIRO AS PESSOAS DEPOIS

Os sindicatos que constituem a Frente Sindical tinham já há bastante tempo, após o fecho das negociações do ACT, solicitado ao CCO, Dr. João Zúquete, uma reunião, tendo em atenção “o enquadramento do compromisso do Comité Executivo, através do CEO, de tornar possível um clima de maior diálogo e negociação dos direitos e interesses dos Trabalhadores e dos interesses da Gestão tendo por objectivo o desenvolvimento da empresa”!

Nessa solicitação enquadrámos uma série de assuntos que pretendíamos (pretendemos) ver resolvidas tais como:

A situação da UTT/USP, a situação dos trabalhadores a executar funções diferentes num tempo superior a 2 anos; a situação de “ameaça” relativamente á frota automóvel; a situação do projecto de acordo que a Altice Portugal e as empresas transmissórias pretendiam apresentar aos trabalhadores transmitidos.

Esta reunião que apenas foi aprazada para o dia 11 de Outubro por motivos de agenda do Dr. João Zúquete acabou por acontecer sem a sua presença.

Pelo Comité Executivo estiveram presentes:

Directora dos Recursos Humanos, Drª Ana Rita Lopes e os assessores Dr Luís Siva, e Drª Catarina Vicente:

USP/UTT:

Foi-nos informado o fim da UTT, que teve como consequência a integração de vários trabalhadores nessa situação passarem a integrar a USP. Actualmente estão nesta situação de não efectividade de Trabalho 190 trabalhadores.

Situações essas que a DRH se compromete a resolver progressivamente de acordo com as necessidades de serviço existentes e a disponibilidade dos trabalhadores.

Disse ainda a DRH, que entre os trabalhadores na USP haverá alguns deles, uma minoria, que dificilmente serão enquadráveis nomeadamente por motivos clínicos,

TRABALHADORES A EXECUTAR FUNÇÕES DIFERENTES DAQUELAS PARA QUE FORAM CONTRATADOS:

Todos se recordam da polémica existente à volta da negociação da clª 15ª do ACT, relativa à “mobilidade funcional” e que mais não foi que integrar no ACT o princípio do Código de Trabalho.

Ora uma das questões a que a empresa está obrigada por essa **Lei é a de ao fim de 2 anos** não poder continuar a manter os trabalhadores em exercício de funções diferentes daquelas para que foram contratados, por necessidades organizacionais da empresa.

A resposta da DRH, é que na generalidade dos casos em apreço a empresa continua a necessitar que esses trabalhadores se mantenham a exercer as funções em que foram colocados, adiantando a Drª Ana Rita Lopes, que a maioria desses trabalhadores não estão em conflito com a empresa acrescentando ainda que **não é possível colocar os 9 mil trabalhadores que são o activo da Altice Portugal a fazerem o que gostam!**

As pessoas terão de se adaptar às necessidades da empresa e do mercado, e não o contrário, afirmou a Directora da DRH.

Os sindicatos lembraram a DRH que **não pode perder de vista as pessoas e o respeito pela lei!**

SITUAÇÃO DA FROTA AUTOMÓVEL E AS RESPONSABILIDADES DO TRABALHADOR

Considera a DRH que esta situação é já uma situação normalizada e que levou a um decréscimo de situações nomeadamente de acidentes com viaturas.

Disseram ainda **estar conscientes das obrigações legais e contratuais existentes**, nomeadamente no ACT, sobre as quais os sindicatos da Frente exigem o escrupuloso respeito evitando alguns procedimentos das chefias que "ameaçam" os trabalhadores quando algum incidente acontece.

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES TRANSMITIDOS

O Comité Executivo continua a considerar que nestas situações seria importante encontrar uma via de diálogo e negociação, nomeadamente com a empresa transmissária evitando assim que o problema tenha de ser resolvido pela via judicial.

Ora nesta situação todos sabem, e o Comité Executivo também sabe que a generalidade dos trabalhadores que têm processos em tribunal exigem que a solução possível a acordar **é a do regresso à MEO!**

Os sindicatos disseram que estes Trabalhadores têm sido acompanhados de perto pelos advogados **e estão totalmente elucidados da situação existente e estão conscientes daquilo que pretendem**, que é totalmente legítimo mas é a solução que lamentavelmente o Comité Executivo não aceita!

Chamámos ainda a atenção relativa á atitude da TNORD, em aderir ao CCT da AECOPS, atitude essa que não respeita os artigos 514º e 515º do Código de Trabalho, que já levou os sindicatos da Frente a enviar uma carta á Administração da TNORD **exigindo o respeito e a continuidade da aplicação dos direitos do ACT da Altice/MEO.**

PARA A MEO/ALTICE - O NEGOCIO PRIMEIRO AS PESSOAS DEPOIS!

É evidente pelo clima da reunião e pelas respostas dadas ás questões colocadas pelos sindicatos que o Comité Executivo continua a ter uma visão errada sobre a forma como deve conciliar os interesses económico/financeiros da empresa e os interesses das pessoas!

Uma empresa que todos pretendemos que seja a melhor, que bata a concorrência pela qualidade e pela eficiência, não pode esquecer que a principal vantagem competitiva e sustentável são os trabalhadores. OS TRABALHADORES PRIMEIRO E O NEGOCIO DEPOIS!

15 de Outubro de 2018

SINTTAV, STPT, SNTCT, STT, SINQUADROS, FE